

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

*Plano de atividades*

- RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
MARÇO/1985 a JULHO/1989

- PRINCIPAIS AÇÕES A REALIZAR ATÉ 31.12.1989

887652 353.4  
89232  
AGO/1989  
DEP. LEGAL

Brasília - agosto/1989

EM/GM/SAA/00160-B

B R A S I L I A,  
Em 05 de setembro de 1989

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo Relatório de atividades do Ministério da Justiça, relativo ao período de março/1985 a julho/1989, com indicação dos projetos a realizar até o final do exercício.

Tendo assumido a Pasta da Justiça há pouco menos de um mês, cabe-me assinalar, em cumprimento à determinação de Vossa Excelência, as principais ações do Ministério até 31 de dezembro vindouro.

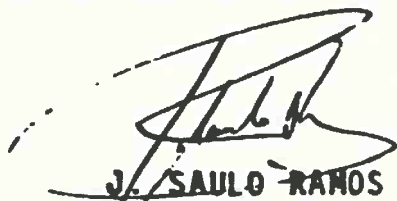
O elenco das atividades previstas para o restante do exercício está consignado no Capítulo VI do Relatório (páginas 39 e seguintes), destacando-se, dentre elas, pelo grau de prioridade que envolvem, a continuidade das obras do Sistema Penitenciário, visando à ampliação da capacidade dos estabelecimentos prisionais; a implantação do Projeto "SIMBRASIL", que objetiva informatizar os serviços relacionados com estrangeiros; a implantação do Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, mediante convênios com os Estados e aquisição de equipamentos de informática; e a implementação, na área do trânsito, dos Projetos RENAVAL e RENACH — programas para os quais se torna im

A

prescindível a pronta alocação de recursos, no volume e segundo as prioridades já apresentadas ao Senhor Ministro do Planejamento.

Como tarefa imediata, já em franco andamento, avulta o trabalho de elaboração das leis de integração do texto constitucional, cujos projetos deverão ser em breve submetidos à consideração de Vossa Excelência.

Com protestos de profundo respeito,



J. SAULO RANOS  
Ministro da Justiça

1985

## I. AÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

A consciência da necessidade de corresponder às grandes expectativas da sociedade durante a fase de transição democrática levou o Governo Federal, através do Ministério da Justiça, a concentrar esforços no aperfeiçoamento institucional e em ações capazes de concretizar as aspirações do povo brasileiro.

Sobressairam-se, entre essas ações, aquelas destinadas a rever toda a legislação de caráter autoritário. Muito se avançou nesse campo, destacando-se o trabalho das comissões que se dedicaram a rever as legislações referentes à segurança nacional, greves, liberdade de expressão, situação dos estrangeiros, prevenção, fiscalização e combate ao tráfico de drogas, resguardo da privacidade do cidadão, meio ambiente, entre outros, como subsídio à Assembléia Nacional Constituinte, que se instalaria em 1987.

Nesse sentido, conferiu-se, igualmente, importância especial aos estudos e debates da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais - "Comissão Afonso Arinos", integrada por 57 membros, que recolheu centenas de sugestões, auscultando as mais diversas correntes de pensamento, em todos os setores de atividades e regiões do País.

## II. POLÍTICAS PÚBLICAS

Como resposta à prioridade atribuída pelo governo ao combate à violência e à criminalidade, o Ministério da Justiça concebeu e implantou o Programa "Mutirão contra a Violência", objetivando, em esquema articulado com as demais esferas de

governo e com entidades da sociedade civil, aprofundar o exame das causas da violência e a buscar meios de superação das diferentes formas de criminalidade.

No âmbito do Sistema Penitenciário, o Ministério da Justiça empenhou-se na formulação de proposta de alteração das legislações penal, processual-penal e penitenciária.

Na prevenção, fiscalização e combate ao tráfico e uso de drogas, destaca-se a reorientação do Conselho Federal de Entorpecentes - CONFEN, objetivando privilegiar ações preventivas mais eficientes, bem como fiscalizar e reprimir vigorosamente o tráfico nacional e internacional, para impedir a transformação do País em base de produção, rota de tráfico e área de comercialização.

Foram erradicados 3,9 milhões de pés e apreendidas 5,8 toneladas de maconha, erradicados 981 mil pés de epadu, destruídos vários laboratórios clandestinos, apreendidos 264 quilos de cocaína e 24 mil tambores de éter e acetona.

### III. DIREITOS DA CIDADANIA

#### a) Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Destaca-se a reinstalação, neste ano, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, na data do 37º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

#### b) Direitos da Mulher

Criado e instalado em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM centrou suas atividades basicamente em torno de três projetos: conscientização da mulher e de seu papel na Constituinte, combate à violência contra a mulher e incentivo à criação de novas delegacias policiais e conselhos em comissões estaduais e municipais de defesa dos direitos da mulher.

1986

## I. AÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL.

O processo político brasileiro foi marcado, no ano de 1986, pela eleição dos governadores e dos integrantes da Assembléia Nacional Constituinte. A eleição transcorreu em clima de paz e de ampla liberdade de manifestação e de participação.

O Ministério da Justiça exerceu a coordenação política de sua competência, nos termos do Decreto nº 76.387, de 1975, buscando a harmonia entre os diversos níveis de governo e com o Tribunal Superior Eleitoral.

## II. POLÍTICAS PÚBLICAS

### a) Segurança Pública

Difundiram-se, em nível nacional, campanhas de combate à violência e à criminalidade através da mobilização dos meios de comunicação e de palestras. Agilizou-se o Programa "Ruas em Paz", definindo-se como meta principal a distribuição de 7.000 viaturas para unidades da federação, com o objetivo de reequipar as polícias civil e militar.

O Ministério da Justiça apoiou a construção de estabelecimentos carcerários e cadeias públicas, a aquisição de veículos e equipamentos e iniciou a implantação do Programa de Informatização do Sistema Penitenciário Nacional - PROINFOPEN, visando ao aperfeiçoamento dos mecanismos gerenciais do sistema e à garantia aos direitos fundamentais da população carcerária, através de informações sobre a vida do preso e a correta execução da pena.

No âmbito da Polícia Federal, foram instaurados 1,5 mil inquéritos para apurar fraudes contra a Previdência Social, apurados 1,5 mil casos de contrabando, resultando na apreensão de 69 mil unidades de artigos importados irregularmente, além de onze aeronaves e 1 mil toneladas de café.

No combate ao tráfico e ao uso de substâncias entorpecentes, foram erradicados 17 milhões de pés de maconha, 68 mil pés de coca e apreendidos 435 quilos de cocaína, e criado o Fundo de Prevenção e Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso - FUNCAB, a ser gerido pelo Conselho Federal de Entorpecentes.

Através do Conselho Nacional de Trânsito e do Departamento Nacional de Trânsito, em sintonia com os órgãos estaduais, promoveram-se campanhas de educação de trânsito, com o objetivo de diminuir-se o alarmante índice de acidentes nas rodovias e nos centros urbanos.

Foi iniciado o processo de implantação do Projeto de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAL, objetivando, através do recadastramento de toda a frota do País, aperfeiçoar o combate ao furto e ao roubo, o atendimento ao público e a fiscalização dos veículos de procedência estrangeira.

Iniciaram-se os procedimentos visando à implantação do Cadastro de Registro de Carteira de Habilitação - RENACH, com o objetivo de coibir a falsificação de carteiras de habilitação de condutores de veículos.

#### b) Estrangeiros

O Ministério da Justiça examinou e deferiu cerca de 19 mil processos de legalização da permanência de cidadãos estrangeiros no País.

### III. DIREITOS DA CIDADANIA

#### a) Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

A reativação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, que passou a reunir-se regularmente, permitiu o encaminhamento de 900 queixas ou denúncias relativas a conflitos sobretudo na região denominada "Bico do Papagaio", área-fronteira dos Estados de Goiás (hoje Tocantins), Maranhão e Pará.

#### b) Defesa Econômica

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, criado em 1962, foi, após longo período de inatividade, reformulado pelo Decreto nº 93.083, de 1986, que lhe assegurou condições administrativas para coibir ações configuradas como abusos do poder econômico.

#### c) Defesa do Consumidor

O Conselho Nacional de Defesa do Consumidor - CNDC encaminhou 1,6 mil respostas a consultas formuladas por consumidores de todo o Brasil e articulou a criação de 14 órgãos estaduais, 268 municipais e 34 entidades privadas de defesa do consumidor.

#### d) Direitos da Mulher

Através da atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM junto aos governos estaduais, foram criadas 26 delegacias policiais de defesa da mulher e 25 conselhos ou comissões estaduais e municipais de defesa dos direitos da mulher.

MJ - BIBLIOTECA



1987

## I. AÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

O ano de 1987 transformou-se em importante marco da história política brasileira. Com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, o Ministério da Justiça manteve efetivo acompanhamento dos seus trabalhos. Assim procedeu para prestar aos demais órgãos do Executivo e, também, às subcomissões e comissões temáticas e aos próprios constituintes, todos os subsídios e esclarecimentos necessários ao bom encaminhamento de relevantes questões políticas e institucionais submetidas à apreciação daquela Assembléia.

## II. POLÍTICAS PÚBLICAS

### a) Segurança Pública

#### - Programa "Vamos Viver sem Violência"

Na prevenção e no combate à criminalidade, o Programa concentrou esforços no reequipamento e modernização das Polícias Civil e Militar dos Estados, Distrito Federal e Territórios. Em seu primeiro ano de efetiva execução, distribuiu 2.728 veículos a todas as unidades federativas. Este número é significativo, pois, considerada a frota existente em 1985, representa um aumento de 48,9% dos veículos destinados ao patrulhamento policial, em todo o território nacional.

- Sistema Penitenciário Nacional

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária realizou inúmeros seminários, reuniões e encontros, a nível regional e nacional, identificando as carências do Sistema Penitenciário Nacional e avaliando o cumprimento das diretrizes políticas definidas pelo órgão para o setor (Lei de Execução Penal).

- Combate ao Tráfico e Uso de Drogas

O Departamento de Polícia Federal, além das atividades ordinárias de prevenção e combate aos ilícitos que lhe estão afetos, conferiu ênfase especial à repressão ao tráfico e uso ilegal de drogas no País.

O Conselho Federal de Entorpecentes, responsável pela formulação da política nacional do setor, fomentou ainda mais, no ano de 1987, a descentralização do debate da questão da droga, valorizando na discussão do tema a implantação dos conselhos estaduais de entorpecentes.

Com o mesmo objetivo, foram firmados acordos de cooperação com países limítrofes e com os Estados Unidos, destacando-se, ainda, neste setor, o convênio celebrado, em 05 de novembro de 1987, com o Fundo das Nações Unidas para o Controle das Drogas de Abuso-UNFDAC, pelo qual foram repassados ao Ministério da Justiça US\$ 12 milhões, através do CONFEN, para aplicação no reaparelhamento da Polícia Federal, na prevenção e na recuperação de drogados.

- Sistema Nacional de Trânsito

O Ministério da Justiça, por intermédio do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, deu prosseguimento, em 1987, aos Programas RENAVAL (Registro Nacional de Veículos Automotores) e RENACH

(Registro Nacional de Carteiras de Habilitação), firmando com o SERPRO convênios destinados à implantação do primeiro e à atualização e consolidação do segundo.

b) Estrangeiros

O Ministério da Justiça realizou, em 1987, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, o recadastramento de aproximadamente 720 mil estrangeiros com permanência regular no País.

Esse recadastramento representa a base necessária para a formulação pelo Governo Federal de política para estrangeiros, pois, até então, o número de estrangeiros que vivem regularmente no País era desconhecido.

### III. DIREITOS DA CIDADANIA

O Ministério da Justiça, em 1987, consolidou os trabalhos de reestruturação e de reorganização dos diversos órgãos colegiados que lhe são vinculados, utilizando-os, cada vez mais, como instrumento eficaz de proteção e promoção das liberdades individuais e dos direitos difusos da sociedade brasileira.

a) Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Em 1987, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH deu prosseguimento à execução da sua política de descentralização. Para tanto, estimulou a criação dos órgãos similares, a nível estadual e municipal; delegou competência aos Procuradores da República, responsáveis pela defesa dos direitos humanos nas Procuradorias Regionais, para instruir processos por violação de direitos fundamentais e submetê-los à apreciação do

Conselho para julgamento, e deslocou-se, sempre que necessário, para os locais das violações, neles realizando reunião ou se fazendo representar por alguns de seus integrantes.

b) Defesa Econômica

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE desenvolveu, junto às empresas, intensa atividade de divulgação das normas e diretrizes que orientam as suas ações. Incentivou, também, o debate sobre o tema "Abuso do Poder Econômico", realizando, em 1987, seminário nacional, em Brasília, para discuti-lo. Ainda no plano da divulgação, relançou a Revista Direito Econômico e editou cartilha, expondo, em termos didáticos, quais as formas de abuso do poder econômico e os meios para preveni-las ou reprimi-las.

c) Defesa do Consumidor

O Conselho Nacional de Defesa do Consumidor - CNDC passou a atuar efetivamente em 1987, após sofrer profundas alterações estruturais, visando a ele integrar os segmentos governamentais e não-governamentais mais significativos no campo da defesa do consumidor.

A descentralização de suas ações, mediante o estímulo à criação e ao fortalecimento de organismos estaduais e municipais voltados para a proteção ao consumidor, foi, em 1987, a sua atividade prioritária.

d) Direitos da Mulher

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM concentrou a sua atuação, em 1987, no acompanhamento da Assembleia Nacional Constituinte, com o objetivo de consolidar e ampliar, no texto constitucional, os direitos da mulher.

Desenvolveu, ainda, intensa atividade de divulgação

Conselho para julgamento, e deslocou-se, sempre que necessário, para os locais das violações, neles realizando reunião ou se fazendo representar por alguns de seus integrantes.

b) Defesa Econômica

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE desenvolveu, junto às empresas, intensa atividade de divulgação das normas e diretrizes que orientam as suas ações. Incentivou, também, o debate sobre o tema "Abuso do Poder Econômico", realizando, em 1987, seminário nacional, em Brasília, para discuti-lo. Ainda no plano da divulgação, relançou a Revista Direito Econômico e editou cartilha, expondo, em termos didáticos, quais as formas de abuso do poder econômico e os meios para preveni-las ou reprimi-las.

c) Defesa do Consumidor

O Conselho Nacional de Defesa do Consumidor - CNDC passou a atuar efetivamente em 1987, após sofrer profundas alterações estruturais, visando a ele integrar os segmentos governamentais e não-governamentais mais significativos no campo da defesa do consumidor.

A descentralização de suas ações, mediante o estímulo à criação e ao fortalecimento de organismos estaduais e municipais voltados para a proteção ao consumidor, foi, em 1987, a sua atividade prioritária.

d) Direitos da Mulher

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM concentrou a sua atuação, em 1987, no acompanhamento da Assembleia Nacional Constituinte, com o objetivo de consolidar e ampliar, no texto constitucional, os direitos da mulher.

Desenvolveu, ainda, intensa atividade de divulgação

e de mobilização, nos planos nacional e internacional, tendo por objeto temas relativos à mulher: a assistência à mulher trabalhadora; o acesso da mulher à educação, à saúde, à cultura; e as formas de violência contra a condição feminina.

#### e) Classificação de Diversões Públicas

Reorganizado e reativado no segundo semestre de 1986, o então Conselho Superior de Censura, passou, efetivamente, a desempenhar as suas funções normativas e recursais no ano de 1987.

No exercício de suas atribuições, descaracterizou os aspectos policiais da atividade censória. Editou resolução, tornando meramente classificatória a censura a espetáculos e diversões públicas. Em relação à televisão, incentivou a auto-regulamentação pelas próprias emissoras, promovendo uma reunião do Conselho com os respectivos diretores de programação para discutir o assunto. Enfim, estimulou, sempre, o debate sobre o tema em todos os seus aspectos e nuances, fazendo participar das reuniões do Conselho, quando possível, pessoas de reconhecida competência na área.

#### IV. OUTRAS AÇÕES

A Fundação Petrônio Portella, além do apoio a diversas ações da pasta, relançou a Revista "Arquivos" e promoveu seminários sobre temas constitucionais.

O Arquivo Nacional, prossequindo em sua política de estímulo à integração dos arquivos brasileiros, realizou seminários, cursos e estágios e publicou o "Guia de Arquivos Estaduais Brasileiros".

Deu continuidade, em 1987, à execução do projeto de

elaboração do "Guia de Fontes Existentes no Brasil para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual", patrocinado pela UNESCO e lançado no ano seguinte, por ocasião da comemoração do centenário da abolição da escravatura.

A Empresa Brasileira de Notícias - EBN, posteriormente incorporada à RADIOBRÁS, buscou aperfeiçoar, em 1987, o seu serviço jornalístico, tornando-o mais ágil e eficiente, sem prejuízo da racionalização e da contenção de seus custos operacionais. Dentro dessa linha de atuação, foram ampliados os acordos bilaterais de troca de material noticioso com as principais agências internacionais. Da mesma forma, a Empresa se aparelhou para assumir integralmente a veiculação da publicidade legal obrigatória dos órgãos e entidades da Administração Federal.

A Imprensa Nacional, então Departamento de Imprensa Nacional, deu continuidade ao processo de reestruturação e de modernização de sua estrutura e de seu parque gráfico, objetivando melhorar, ainda mais, os serviços prestados. No plano cultural, lançou, em 1987, o seu Caderno de Cultura.

## I. AÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

Em 1988, prosseguiram os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, culminando com a promulgação da nova Constituição Federal no dia 05 de outubro.

O Ministério da Justiça continuou a acompanhar, por seus órgãos próprios, os trabalhos constituintes, formulando propostas e prestando aos demais setores do Poder Executivo subsídios e esclarecimentos necessários ao bom encaminhamento de relevantes questões políticas e institucionais.

Na transição de uma para outra ordem jurídica, agregada dos efeitos negativos decorrentes do agravamento da crise econômica, desenvolveu o Ministério da Justiça ação política voltada para a manutenção da ordem pública, reafirmando o império da lei e o combate incessante à corrupção e à impunidade.

Imediatamente após a promulgação da nova Constituição Federal, o Ministério da Justiça iniciou a elaboração de trabalho identificando exaustivamente a legislação complementar e ordinária a ser editada, por força de disposição constitucional expressa ou implícita. Priorizou as matérias a serem tratadas por seus órgãos técnicos, levando em conta as áreas de atuação que lhe são afetas e a urgência e relevância das relações sociais a serem reguladas.

## II. APERFEIÇOAMENTO DA ORDEM JURÍDICA

As funções institucionais do Ministério da Justiça, em relação à ordem jurídica, não se esgotam na sua manutenção. A constante evolução dos fatos políticos, sociais, econômicos,



culturais, exigem-lhe que zele pelo seu aperfeiçoamento e adequação, especialmente no momento da mudança da ordem constitucional.

A nova ordem jurídica deve representar efetivo avanço na organização político-institucional da Nação.

No desempenho destas funções, o Ministério da Justiça atribuiu aos seus órgãos colegiados, voltados para os direitos da cidadania, a tarefa de elaborar anteprojetos de lei embasados em ampla consulta à sociedade.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE formulou anteprojeto de lei de prevenção e repressão do abuso econômico. O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH realizou estudos sobre a legislação do menor, em especial sobre a adoção e tráfico ilícito. O Conselho Nacional de Defesa do Consumidor - CNDC discutiu a formulação de Código de Defesa do Consumidor, cuja edição é prevista no art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP examinou alterações necessárias no campo penal. O Conselho Federal de Entorpecentes - CONFEN reexaminou a legislação sobre prevenção, fiscalização e repressão do narcotráfico.

De outra parte, a Secretaria de Estudos e Acompanhamento Legislativos e a Consultoria Jurídica, algumas vezes com apoio de juristas de renome, procederam, em 1988, à elaboração de vários anteprojetos de lei, dentre os quais se destacam:

- projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional, propondo modificações no Código de Processo Penal, para introduzir normas que permitam ao juiz combater com eficiência a criminalidade;
- projeto de lei encaminhado à Presidência da República, propondo alterações no Código de Processo Civil, em relação ao juízo arbitral;
- projeto de lei encaminhado à Presidência da República sobre a Letra de Câmbio e a Nota

Promissória.

Destaca-se, também, os estudos sobre a lei de greve nos serviços essenciais (Constituição Federal, art. 9º, § 1º) e sobre a lei complementar, disciplinando a greve dos servidores públicos (Constituição Federal, art. 37, VII).

### III. POLÍTICAS PÚBLICAS

#### A. Segurança Pública

- Acolhendo pleito das Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, formulado no Encontro Nacional de Secretários, realizado pelo Ministério da Justiça, em Brasília, em junho de 1988, e encaminhado pelo Ministro da Justiça ao Ministro da Fazenda, editou-se o Decreto nº 97.410, de 23 de dezembro de 1988, reduzindo a zero, a partir de 1º de janeiro de 1989, a alíquota de IPI incidente sobre diversos bens destinados à prestação de segurança pública pelos organismos policiais (armamentos, munições, veículos, equipamentos de telecomunicação, etc.).

- Programa "Vamos Viver sem Violência"

A violência e a criminalidade constituem fenômenos multicausais, no mais das vezes sintomas de um estado social mórbido. Enfrentá-las eficazmente implica combater as causas. Contudo, estas não se equacionam a curto e a médio prazos. Assim sendo, a prevenção e a repressão policiais devem ser exercidas como fator de inibição das condutas anti-sociais e ilícitas. A partir dessa concepção, o programa privilegiou o reequipamento e a modernização das polícias civil e militar dos Estados e do Distrito Federal: a frota de veículos de patrulhamento ostensivo

- Departamento de Polícia Federal

A Polícia Federal obteve os seguintes resultados no ano de 1988:

Contrabando e Descaminho

Os produtos apreendidos por força desses crimes, inclusive café e soja, totalizaram, a preços de novembro de 1988, o montante de CZ\$ 29,2 bilhões.

Moedas

Foram apreendidos US\$ 313,4 mil. Além disto, em moedas falsas, apreenderam-se CZ\$ 8,8 milhões e US\$ 73,9 mil.

Operação Ouro

Realizada com a finalidade de manter a ordem e a segurança públicas nos garimpos de Alta Floresta, Itaituba, Cumaru, Redenção, Peixoto de Azevedo e Serra Pelada, tendo garantido à Caixa Econômica Federal a compra de 2,3 toneladas de ouro.

Drogas

Na repressão à produção e ao tráfico ilícitos foram destruídos: três laboratórios destinados ao refino de cocaína; 437 plantações de maconha; 8 milhões de pés de coca; 5.920 litros de acetona e 8.015 litros de éter. Foram apreendidos: 19,2 toneladas de maconha; 1,35 tonelada de cocaína; 89 quilos de pasta de coca; 169 mil psicotrópicos diversos; 3,3 mil unidades de lança-perfume e 1.080 unidades de LSD.

### Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras

Foram implantados e aperfeiçoados dois grandes projetos de informatização:

- Sistema Nacional de Procurados e Impedidos - SINPI, mantendo difusões atualizadas para 148 pontos no País e 164 no exterior;
- Centro de Processamento de Dados e Informações - CPDF, centralizando informações policiais e atendendo todas as unidades operacionais da Polícia Federal e as secretarias de segurança pública dos estados e do Distrito Federal.
  
- Conselho Federal de Entorpecentes - CONFEN

Como órgão central do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, o CONFEN atuou junto à Assembléia Nacional Constituinte para a inserção de determinados dispositivos, em especial aqueles do art. 5º, XLIII, e do art. 243, da Constituição Federal.

No plano internacional, os Ministros da Justiça do Brasil, da Argentina e do Uruguai firmaram Ata de Entendimentos, para harmonização de políticas e intercâmbio de cooperação na prevenção, fiscalização e na repressão do narcotráfico. Merece destaque, também, a implementação de vários projetos dentro do acordo bilateral firmado, em 1987, com o Fundo das Nações Unidas para o Controle das Drogas de Abuso - UNFDAC.

O Brasil participou, de 25 de novembro a 20 de dezembro de 1988, da Conferência patrocinada pelas Nações Unidas para adoção de Convenção contra o tráfico de drogas e substâncias psicotrópicas, à qual compareceram 106 países. A Convenção foi aprovada na sessão plenária de 19 de dezembro, tendo sido firmada pelo Brasil no dia 20 do mesmo mês.

- Sistema Nacional de Trânsito

Os acidentes de trânsito constituem a segunda causa de mortes no País: 50 mil pessoas/ano. Neles, 350 mil pessoas/ano ficam feridas. US\$ 1,5 bilhão é o valor/ano dos danos materiais por eles causados. 63% dos leitos hospitalares para ortopedia e traumatologia, conveniados pela Previdência Social, são ocupados anualmente por acidentes de trânsito.

Para enfrentar essa dura realidade, o Ministério da Justiça, por intermédio do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, lançou o Programa Nacional de Segurança de Trânsito - PRONAST, representado por um conjunto de ações, medidas e procedimentos articulados e complementares. Dentre eles, destacam-se:

- projeto de lei, enviado ao Congresso Nacional, transformando de contravenção em crime a direção perigosa e a direção sob efeito de bebidas alcoólicas ou de substâncias entorpecentes/estupefacientes e, também, revogando a Lei nº 4.611, de 2 de abril de 1965;
- projeto de lei, enviado ao Congresso Nacional, alterando o Código Nacional de Trânsito, para, dentre outras medidas, modificar a composição e o funcionamento do CONTRAN e instituir o selo anual e obrigatório de licenciamento dos veículos automotores;
- elevação do valor das multas de trânsito em todo Território Nacional;
- instituição do ano de 1989 como o "Ano Brasileiro de Segurança no Trânsito";
- campanha de educação para o trânsito através do rádio e da televisão;
- informatização do Sistema Nacional de Trânsito dentro dos Projetos RENAVAL - Registro Nacional de

Veículos Automotores e RENACH - Registro Nacional de Carteiras de Habilitação.

Em 1988, foi criado e instalado por Portaria Interministerial (Justiça, Relações Exteriores, Fazenda, Transportes e Planejamento) o Comitê de Segurança nas Estradas, com o objetivo de estudar, propor e coordenar medidas de prevenção e de repressão do furto e roubo de caminhões de cargas, em estradas brasileiras.

No Comitê foi elaborado o "PROJETO VIA BRASIL", cuja especificação e desenvolvimento deverão ser realizados pela Fundação de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de São Paulo.

B. Estrangeiros

Em 1987, o Ministério da Justiça promoveu o recadastramento dos estrangeiros regulares no País, com o objetivo de levantar dados e colher subsídios para a formulação de uma nova política de estrangeiros.

Em 1988, dando sequência a este trabalho, editou-se a Medida Provisória nº 19, de 03 de novembro de 1988, aprovada pelo Congresso Nacional e transformada na Lei nº 7.685, de 02 de dezembro de 1988, permitindo a regularização dos estrangeiros que tenham entrado no País irregularmente antes de 1º de julho de 1988, desde que, preenchendo os requisitos da Lei tenham requerido o registro provisório até 1º de fevereiro de 1989.

Na nova estrutura do Ministério da Justiça, compete à Subsecretaria de Estrangeiros, vinculada à Secretaria de Direitos da Cidadania, os procedimentos relativos aos estrangeiros, até então, da competência do extinto Departamento Federal de Justiça.

A Subsecretaria de Estrangeiros apreciou, no ano de 1988, 13.761 processos relacionados com estrangeiros, destacando-se a concessão de 2.396 naturalizações, de 3.704 permanências e de 14 asilos políticos.

#### IV. DIREITOS DA CIDADANIA

A promoção e a defesa dos direitos da cidadania são exercidos fundamentalmente pelos órgãos colegiados, vinculados ao Ministério da Justiça, alguns dos quais foram reestruturados em 1988 para adequação de suas estruturas às disposições da nova Constituição Federal.

##### A. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH

Em prosseguimento à política de descentralização, através do estímulo à criação de conselhos estaduais, instalaram-se, em 1988, os Conselhos Estaduais de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de Minas Gerais e do Paraná.

A promoção dos direitos humanos no ano em que se comemorou o 40º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem teve programação especial.

A ação integrada de vários setores do Governo Federal, com destaque para o Ministério da Educação e para a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM, dos governos estaduais e dos governos municipais das capitais permitiu a realização, a nível nacional, do concurso "PINTE O SEU DIREITO", atingindo um universo de aproximadamente 2 milhões de alunos da rede oficial de ensino de 1º grau e todas as crianças que se encontram sob os cuidados da FUNABEM.

O concurso, que teve por objeto a ilustração dos artigos da Declaração pelos trabalhos vencedores alcançou repercussão internacional. A edição especial da Declaração Universal dos Direitos do Homem, ilustrada pelas crianças brasileiras, está sendo traduzida e publicada pela ONU em várias línguas, no contexto da Campanha Mundial de Direitos Humanos, e os originais dos trabalhos premiados foram objeto de exposição em Genebra, no "Palais des Nations", e na Sede da ONU, em New York.

O Ministro da Justiça desenvolveu gestões junto às

Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para acelerar a ratificação pelo Poder Legislativo dos seguintes instrumentos internacionais: Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; Convenção Americana sobre Direitos Humanos; Convenção Interamericana para prevenir a Tortura e Convenção contra Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

No âmbito do Conselho, foi criada comissão para estudar e propor medidas relacionadas com a adoção e tráfico de menores e, também, formular anteprojeto de um novo Código de Menores.

#### B. Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE

O CADE deu continuidade à elaboração de diagnósticos sobre o grau de concentração nos setores de petroquímica, construção civil, papel e celulose, carne e mineração, com o objetivo de habilitar-se para prevenir desequilíbrios de mercado.

Enquanto tribunal administrativo, apreciou cerca de 90 processos relacionados com o abuso do poder econômico.

Em 1988, foi realizado, com abrangência nacional, o II Seminário sobre Abuso do Poder Econômico.

Através de comissão especialmente designada, o CADE elaborou anteprojeto de lei de repressão ao abuso do poder econômico, publicado no Diário Oficial da União para conhecimento e recebimento de sugestões.

#### C. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM

Atuou junto à Assembléia Nacional Constituinte para garantir a inclusão no texto constitucional de disposições capazes de ampliar e consolidar os direitos da mulher.

Promoveu ampla articulação e intercâmbio com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, objetivando propor políticas e medidas contra as desigualdades no exercício e gozo



dos direitos civis e sociais, em razão de raça ou sexo.

Dentre os programas implementados em 1988 pelo CNDM, merece destaque o Programa Mulher Negra, incluído nas comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura e que teve como principais eventos o Tribunal Winnie Mandela, os seminários "Mulher Negra e Trabalho", "Mulher Negra e Legislação", "Mulher Negra: Reprodução e Dinâmica Demográfica" e "Mulher Negra e Violência".

#### D. Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão

A Constituição Federal extinguiu a censura de diversões públicas e de qualquer atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX), limitando à ação do Estado à classificação, para fim indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.

Antes mesmo da promulgação do texto constitucional, o Ministério da Justiça adaptou a sua estrutura às novas disposições sobre a matéria, extinguindo o Conselho Superior de Censura e criando, para substituí-lo, o Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão, integrado por 21 membros, representando entidades governamentais e não governamentais ligadas à arte e à cultura.

O Conselho, ainda em 1988, regulamentou o exercício da classificação, para efeito indicativo, de filmes para cinema, de espetáculos de artes cênicas, de letras e obras musicais, e, finalmente, de novelas, seriados e filmes para veiculação em televisão.

Também em obediência ao texto constitucional, foi desativada a Divisão de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal e criada, na estrutura do Ministério da Justiça, a Subsecretaria de Classificação Indicativa.

#### E. Conselho Nacional de Defesa do Consumidor

O CNDC realizou, no ano de 1988, 12 reuniões ordinárias e uma extraordinária.

No mesmo ano foram editadas dezessete resoluções sobre matérias de interesse dos consumidores brasileiros, dentre as quais se destacam:

- tarifas de energia elétrica;
- consórcios para aquisição de bens móveis;
- taxas de serviço cobradas por instituições financeiras;
- propaganda de sucedâneos do leite materno;
- venda de bens à crédito por estabelecimentos comerciais;
- restrições aos veículos de duas portas utilizados para transporte individual de passageiros (táxis);
- encargos educacionais e mensalidades escolares;
- inutilização de carne importada caso eventualmente contaminada por radioatividade;
- sugestões à Assembléia Nacional Constituinte relativas ao "habeas-data" e defesa do consumidor;
- padronização de embalagens de produtos farmacêuticos;
- elaboração de documento analítico sobre o Sistema Financeiro da Habitação;
- planos de assistência médico-hospitalar;
- juros bancários;
- repressão ao uso de anabolizantes em atividades pecuárias;

O CNDC instituiu comissão para elaborar anteprojeto de Código de Defesa do Consumidor (Disposições Constitucionais Transitórias, art. 48), cujos trabalhos foram divulgados à Sociedade para o recebimento de sugestões.

## V. OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADE

### A. Fundação Petrônio Portella

Em 1988, a Fundação Petrônio Portella, associando-se às comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, editou:

- a obra "Escravos & Magistrados no Segundo Reinado", de autoria do Professor Lenine Nequete;
- em co-edição com o Arquivo Nacional, a obra "Memórias sobre a Escravidão".

Além disto, publicou diversos números da revista "Arquivos", distribuída aos órgãos do Poder Judiciário, às Faculdades de Direito e principais bibliotecas públicas.

### B. Imprensa Nacional

Ao completar o 180º ano de fundação, a Imprensa Nacional deu continuidade ao programa de reestruturação e modernização de seu complexo industrial, através da incorporação de nova rotativa para impressão dos diários oficiais, de uma rotativa para formulários contínuos e de novos recursos de informática.

Registrou-se, no ano, incremento de 14,3% na produção gráfica, com expressiva redução de custos, especialmente na edição dos órgãos oficiais.

### C. Arquivo Nacional

Em 1988, desenvolveu, no exercício de suas funções, intensa cooperação interinstitucional, a nível nacional e internacional, no campo da assistência técnica e em outros de natureza acadêmica.

O Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) continuou a promover a integração dos arquivos brasileiros e a organizar cursos, encontros, seminários e debates, com a participação intensa de técnicos das demais instituições arquivísticas do País.

Dentre as realizações do Arquivo Nacional no ano de 1988, destacam-se:

- o lançamento do "Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual";
- a edição do álbum comemorativo dos 150 Anos do Arquivo Nacional, reunindo os principais documentos do acervo da Instituição, dispostos cronologicamente de acordo com o desenvolvimento histórico brasileiro.

### VI. A Reestruturação Administrativa

Procedeu-se, em 1988, a reestruturação administrativa do Ministério da Justiça, com o objetivo de adequá-lo às novas disposições constitucionais e à atual realidade político-social, compatibilizando a estrutura formal às necessidades que devem ser atendidas.

Entre as modificações estruturais, destacam-se:

- a criação do Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão;

- criação da Secretaria de Direitos da Cidadania, responsável pelo estudo e encaminhamento de providências sobre liberdades públicas e pelos assuntos relacionados com a nacionalidade, direitos políticos, e regime jurídico dos estrangeiros no Brasil;
- criação da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, com competência para estabelecer e acompanhar a execução da política penitenciária e assumir a função de coordenadora da política nacional de segurança pública, promovendo a articulação dos organismos federais, estaduais e municipais, envolvidos no combate à violência e à criminalidade e na prevenção da ordem pública;
- criação da Secretaria de Estudos e Acompanhamento Legislativos, responsável pela elaboração de anteprojetos de lei, decretos e outros de natureza normativa, emitir pareceres nos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, assessorar comissões especiais incumbidas de reformar ou atualizar códigos e outros institutos jurídicos e, ainda, manter centro de documentação destinado ao acompanhamento do processo legislativo e das alterações do ordenamento jurídico.

Ainda no plano administrativo, merecem registro no

ano de 1988:

- a implantação do Centro de Processamento de Dados;
- o início da execução do projeto de informatização dos serviços administrativos (protocolo, almoxarifado, setor de compras, etc.);
- a implantação do primeiro Centro de Processamento de Textos;
- a unificação de almoxarifados, antes 14, hoje reduzidos a um;

- a unificação do sistema de aquisição de passagens aéreas diretamente das empresas concessionárias dos serviços;
- a elaboração e implantação de manuais de serviços.

1989

## I. AÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

Destaca-se, no atual estágio, a missão de propor medidas para regular os preceitos constitucionais que, para sua efetiva aplicação, demandam a elaboração de leis complementares e ordinárias.

De outra parte, constitui-se, igualmente, prioridade do Ministério da Justiça dar continuidade e concluir projetos iniciados em anos anteriores, no atual Governo, tais como: "Vamos Viver Sem Violência", Reestruturação do Sistema Penitenciário, Registro Nacional de Veículos Automóveis - RENAVAN, Registro Nacional de Carteiras de Habilitação - RENACH e Reequipamento da Polícia Federal.

## II. ADEQUAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO

A Secretaria de Estudos e Acompanhamento Legislativos preparou o trabalho "Leis a Elaborar - Constituição de 1988", onde são apontados 274 dispositivos que reclamam expressamente regulamentação e mais 89 que deixam implícita tal necessidade, num total de 363 diplomas.

Foram nomeadas comissões de juristas para oferecimento de anteprojetos relativos aos Juizados de Paz (art. 96, II, da CF); Serviços Notariais e de Registro (art. 236 da CF); Organização, Garantias, Direitos e Deveres das Polícias Cíveis (art. 24, XVI, da CF); Justiça Agrária (art. 126) e Código de Processo Administrativo.

Estão pendentes de reavaliação os anteprojetos concernentes ao Juízo Arbitral e Letra de Câmbio e Nota Promissória.

Já foram autorizadas Comissões para elaborar anteprojetos da Lei de Organização, Funcionamento e Fiscalização de Sociedades Cooperativas (art. 174, § 2º, da CF) e da Lei Regulamentadora de Desapropriação para fins de Reforma Agrária (art. 184 e art. 191 da CF).

Encontra-se na Consultoria Jurídica, para exame, o processo relativo à Proteção da Infância e da Juventude com a proposta de indicação da respectiva comissão.

O Decreto nº 97.993/89 instituiu Comissão Interministerial para elaborar anteprojeto de lei reestruturando a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Ferroviária Federal (arts. 21, XIV; 22, XXII e art. 144, §§ 2º e 3º, da CF), aguardando decisão presidencial a proposta relativa à Comissão da mesma natureza, incumbida de preparar anteprojeto referente ao exercício da garimpagem.

O anteprojeto do Código de Defesa do Consumidor, cogitado no art. 48 do ADCT, já está em tramitação no Congresso Nacional, baseando-se, em grande parte, no trabalho desenvolvido no âmbito do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor - CNDC.

### III. POLÍTICAS PÚBLICAS

#### a. Segurança Pública

- Programa "Vamos Viver Sem Violência"



Já foram completadas cinco etapas do Programa, que consiste no reequipamento e modernização das polícias civil e militar dos estados e do Distrito Federal. Considerou-se prioritário o fornecimento de veículos para policiamento ostensivo, havendo sido entregues, até o momento, 4.708 viaturas, que representam incremento de 85% em relação à frota existente em 1985, início do atual Governo, com recursos provenientes do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, da Caixa Econômica Federal.

- Sistema Penitenciário Nacional

Os cortes efetuados nas dotações orçamentárias destinadas ao Sistema Penitenciário foram contornados, em parte, com a obtenção do crédito especial no valor de NCz\$ 27.553.078,00, que se destinou apenas a continuação de obras em oito estados e no Distrito Federal, que, após concluídas, gerarão 3.385 novas vagas.

Esses recursos são de porte reduzido perante a demanda existente. O Ministério da Justiça encontra-se empenhado em conseguir novos aportes para amenizar a grave situação que se retrata na existência de déficit prisional da ordem de 50.000 vagas, enquanto esperam cumprimento nada menos do que 267.000 mandados de prisão (dados de 31.12.1988).

Em 04.01.89 foi assinado Protocolo de Intenções com o Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério do Trabalho, objetivando a prestação de assistência médico-hospitalar, odontológica e farmacêutica ao Sistema Penitenciário, através do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde - SUDS. Buscou-se, também, integração no "Projeto Previna", que visa implantar programa de controle e prevenção da AIDS em presídios.

- Departamento de Polícia Federal

Combate ao Contrabando e Descaminho

Duas operações especiais e permanentes foram desencadeadas no período. A primeira, denominada "Operação Ouro," teve por objetivo prestar segurança nos garimpos de Serra Pelada, Cumaru, Redenção e Peixoto de Azevedo, onde a Caixa Econômica Federal exercia atividades de compra do metal. A segunda, denominada "Operação Soja," em andamento, objeto de convênio firmado com a Secretaria da Receita Federal, resultou na apreensão, até o momento, de 15.874 toneladas do produto.

O valor total de mercadorias diversas apreendidas alcançou NCZ\$ 68,0 milhões e o número de inquéritos instaurados ultrapassou a 6.000.

Repressão a Drogas

Foram localizados e destruídos dois laboratórios usados no refino de coca; destruídos 2,2 milhões de pés de maconha; e apreendidos 3.575 quilos de maconha, 1.080 quilos de cocaína pura, 10.650 litros de acetona e 11.374 litros de éter, além de haxixe, morfina e pasta de base. O esforço e a extensão do combate ao tráfico e ao uso de drogas pode ser também mensurável pelos procedimentos investigatórios - foram instaurados 1.268 inquéritos policiais e indiciados 1.355 traficantes.

Ordem Política e Social

Destacam-se quatro operações especiais executadas no período:

- "Operação Chico Mendes", iniciada em dezembro de 1988, objetivou auxiliar a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Acre na solução do homicídio

do sindicalista, culminando com a identificação e prisão dos autores do crime;

- "Operação Tocantins", levada a efeito no novo Estado, em apoio à Secretaria de Segurança Pública, visou a diminuição dos conflitos agrários, resultando na apreensão de centenas de armas portadas irregularmente;
- "Operação Neblina", desencadeada na fronteira Norte do País, teve por escopo a retirada de cerca de 50 garimpeiros que ingressaram no Parque Nacional do Pico da Neblina; e
- "Operação Extrema", realizada na área contestada pelos Estados do Acre e Rondônia, teve por objetivo tranquilizar as autoridades e a população das localidades de Extrema e Nova Califórnia, até a solução definitiva para o impasse.

#### Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras

Procedeu-se à implementação do Programa de Atendimento, Orientação e Controle Interno de Estrangeiros e Passageiros do Tráfego Internacional - PROCOTI, que apresentou, no período, os seguintes registros principais:

- entradas de estrangeiros	652.406
- saídas de estrangeiros	449.350
- saídas de brasileiros	364.688
- entradas de brasileiros	266.291
- fiscalização de veículos	21.871
- emissão de carteiras de estrangeiros	66.821
- emissão de passaportes comuns	282.348

### Central Judiciária

Encontram-se em andamento 13.545 inquéritos policiais - 8.112 abertos no período e 5.433 em anos anteriores. Foram realizadas 2.855 prisões em todo o País.

No campo da disciplina interna, foram instaurados 22 processos administrativos e 505 sindicâncias.

### Identificação Criminal

Procurou-se dar início à implantação do Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que objetiva centralizar as informações criminais de todo o País e colocá-las à disposição dos organismos federais e estaduais responsáveis pela prevenção e repressão da criminalidade. Em pleno funcionamento, esse sistema possibilitará, através da utilização de computadores avançados, a leitura automática, classificação e pesquisa de impressões digitais, transmitidas à distância.

### - Conselho Federal de Entorpecentes - CONFEN

Destacou-se, dentre as ações deste Ministério, através do CONFEN, voltadas para a prevenção, recuperação, fiscalização e repressão ao tráfico e uso de drogas ilícitas, a elaboração de anteprojeto da lei antidrogas, que aguarda o prazo para sugestões e exame; a adoção de medidas administrativas para identificar e levar a leilão público os bens perdidos, em todo o território nacional, a favor do Fundo de Prevenção, Recuperação e Combate às Drogas de Abuso - FUNCAB, com base na Lei nº 7.560/86; e o desdobramento dos esforços, nas áreas institucional e operacional, visando o cumprimento da Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas (subscrita pelo Brasil em Viena, em 19.12.1988), dentre os quais destacam-se a atualização das legislações que tratam do controle de produtos químicos, extradição e "lavagem" de dinheiro obtido no tráfico de substâncias entorpecentes.

- Sistema Nacional de Trânsito

Encontra-se em andamento, no âmbito do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, o Programa Nacional de Segurança de Trânsito - PRONAST, que engloba vários projetos, salientando-se alterações na legislação do trânsito, visando seu aperfeiçoamento; elevação do valor das multas; instituição de 1989 como "Ano Brasileiro de Segurança no Trânsito", e informatização do Sistema Nacional de Trânsito, mediante o RENAVAN - Registro Nacional de Veículos e o RENACH - Registro Nacional de Carteiras de Habilitação. Acrescenta-se a implantação da nova sistemática para identificação de veículos com a placa única e a campanha para uso do cinto de segurança nas estradas, visando reduzir o número de vítimas de acidentes.

b - Estrangeiros

A Medida Provisória nº 19 transformada em Lei nº 7.685, de 02.12.88, permitiu a regularização de estrangeiros que tenham entrado irregularmente no Brasil antes de 11.07.89. 36.329 pessoas foram beneficiadas com a providência.

Todas as questões relacionadas a estrangeiros vêm merecendo especial atenção do Ministério da Justiça. Para facilitar procedimentos, com a conseqüente dispensa de intermediários, busca-se padronizar os processos de naturalização, permanência e prorrogação, reduzindo o tempo de tramitação, sem prejuízo da confiabilidade dos dados, bem assim estuda-se a integração das diversas áreas da Administração Federal que tratam da matéria (MJ, MTr, MRE), mediante ampliação dos serviços de informática já utilizados pela Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, do Departamento de Polícia Federal.

#### IV. DIREITOS DA CIDADANIA

##### A - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH

O CDDPH empenhou-se, além da realização de reuniões ordinárias, onde são examinados processos e questões relativos a direitos humanos e a liberdades fundamentais, em promover sua reestruturação, visando melhor adequá-lo à nova realidade do País, tendo em vista que sua criação data de 25 anos - Lei nº 4.319, de 16.03.64. Nesse sentido, foram elaboradas duas propostas e anteprojetos de lei, que se encontram em exame por seus conselheiros.

##### B - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE

O anteprojeto que atualiza a lei de repressão ao abuso do poder econômico, elaborado por comissão especialmente designada, foi amplamente divulgado e discutido, sendo tema central do III Seminário Nacional sobre Abuso do Poder Econômico, realizado em junho de 1989. Após incorporar as mais diversas sugestões, foi submetido à apreciação ministerial para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional.

Além disso, promoveu diversos cursos sobre economia da concorrência e publicou dois números da Revista do CADE e monografia sobre o setor de construção civil.

##### C - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM

O CNDM considerou prioritária a elaboração de projetos de alteração dos Códigos Penal e Civil e da Legislação

Trabalhista, a serem enviados ao Congresso Nacional, visando levar, o mais rapidamente possível, à prática das relações sociais e econômicas, as novas conquistas dos direitos da mulher incorporadas à ordem constitucional.

Lançou a campanha "Saúde da Mulher - Direito a ser Conquistado", com o objetivo de promover o debate sobre temas como mortalidade materna, contracepção, aborto, parto, esterilização e câncer mamário e cérvico-uterino.

Dentre as publicações do Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher - CEDIM, destacam-se "Fontes de Financiamento - Projetos de Mulher", contendo relação de agências financiadoras de trabalhos sobre a condição feminina, e "Grupos, Instituições, Associações ... de Mulheres", inventário nacional de instituições voltadas para defesa e promoção da mulher.

D - Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão

Dentre outras funções, ao Conselho incumbe formular sugestões direcionadas à regulamentação dos espetáculos e diversões públicas e programações de rádio e televisão.

Nesse sentido, analisou e emitiu parecer sobre 8 projetos que tramitam no Congresso Nacional tratando desde o estabelecimento de horários especiais para a apresentação de filmes violentos à questão de direitos autorais.

Em sua função recursal, foram apreciados 10 recursos interpostos, todos tratando de classificação indicativa de filmes para televisão e cinema.

E - Conselho Nacional de Defesa do Consumidor - CNDC

Incorporando sugestões dos diversos setores

interessados, o CNDC submeteu à apreciação ministerial o anteprojeto do Código de Defesa do Consumidor, para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional. Participou, através de seu Presidente e Secretário-Executivo, de vários debates sobre a matéria, promovidos pela Câmara dos Deputados e Senado Federal e, ainda, do I Congresso Internacional de Defesa do Consumidor.

No período de janeiro a agosto de 1989, o CNDC recebeu 305 denúncias, sendo abertos 81 processos sobre importantes temas, abrangendo cartão de crédito, previdência privada, consórcios, mensalidades escolares, peças de reposição, fraudes em alimentos e prestações relativas à casa própria financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação.

## V. OUTROS ÓRGÃOS

### A - Fundação Petrônio Portella

Extinta pela medida Provisória nº 28, transformada na Lei 7.732, de 14.02.89, a Fundação Petrônio Portella foi devidamente liquidada, através de Comissão especialmente constituída, cujos atos e providências mereceram aprovação ministerial.

### B - Imprensa Nacional

Visando o incremento da produção e da produtividade de seu complexo industrial, a Imprensa Nacional conferiu prioridade ao prosseguimento do esforço de modernização do parque gráfico, através da incorporação de novos recursos de informática.

Passou a editar, em 1989, o Boletim Tributário do Ministério da Fazenda, o Boletim do IAPAS, o Boletim do INAMPS e a



atualização da Coletânea de Legislação Tributária, representando a tiragem diária de cerca de 4.300 exemplares.

Colaborou com a Justiça Eleitoral imprimindo 15 milhões de títulos eleitorais.

#### C - Arquivo Nacional

No bicentenário da Inconfidência Mineira e da Revolução Francesa, organizou a exposição "Natureza, Razão e Liberdade: Brasil-França Quatro Séculos de Memória", com cerca de 130 documentos, gravuras e obras raras.

Apoiadas pela Fundação Banco do Brasil, encontram-se em andamento obras para instalação dos laboratórios de restauração, química, microbiologia, microfilmagem e fotografia, da fábrica de papel e da máquina de lavar filmes doada pelo Arquivo Federal da Alemanha.

O laboratório de restauração vem realizando programa de treinamento de deficientes mentais e auditivos, apresentando resultados altamente positivos, diante da grande capacidade de concentração e sistematização dos treinandos.

#### D - Comissão de Defesa dos Direitos do CIDADÃO - - CÓDICI

Criada pelo Decreto nº 93.714, de 15.12.86, no âmbito da Presidência da República, passou a integrar, por força da Lei nº 7.739, de 16.03.89, a estrutura administrativa do Ministério da Justiça, onde vem atuando na coordenação de medidas relacionadas com as atividades de fiscalização da Administração Federal e na defesa dos direitos do cidadão contra erros, omissões ou abusos de autoridade administrativa.

## VI - PRINCIPAIS AÇÕES PREVISTAS ATÉ 31.12.89

1 - Dar seqüência ao trabalho de elaboração de anteprojetos de leis complementares e ordinárias necessárias à adequação do ordenamento jurídico às disposições da Constituição de 1988.

2 - Obter créditos suplementares, já solicitados à SEPLAN - PR, para reinício e/ou continuidade de obras do sistema penitenciário, a fim de reduzir o déficit prisional de cerca de 50.000 vagas, buscando, inclusive, recursos no "Orçamento da Seguridade Social", que hoje incorpora fontes diversas de financiamento, como o FINSOCIAL.

3 - Dar continuidade à implementação do Programa "Vamos Viver sem Violência", cujo prazo de vigência vence em 31.12.89.

4 - Iniciar a implantação efetiva do projeto SIMBRASIL - Sistema de Imigração do Brasil, que objetiva informatizar os serviços relacionados com estrangeiros (naturalização, permanência, prorrogação e outros), interligando os diversos órgãos que atuam no setor - Ministério da Justiça (Departamento de Polícia Federal e Secretaria de Direitos da Cidadania), Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Trabalho.

5 - Dar prosseguimento, em caráter de prioridade máxima, à implantação do Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, mediante convênios com os estados e aquisição de modernos

equipamentos de informática.

6 - Promover as seguintes operações especiais:

- "Acre", objetivando reduzir, em articulação com a Secretaria de Segurança Pública, os conflitos de terra no Estado e a localização e prisão de criminosos com mandados de prisão expedidos por diversos estados;
- "Emergencial", visando coibir, em conjunto com o IBAMA, a prática de crimes ecológicos, especialmente as queimadas;
- "Presidenciáveis", com o objetivo de oferecer segurança aos candidatos à Presidência da República, em obediência à Lei nº 7.474/86; e
- "Eleições", já iniciada, estender-se-à até o final das eleições, com o escopo de prevenir e reprimir crimes eleitorais e de apoiar a Justiça Eleitoral.

7 - Colaborar com a Justiça Eleitoral na realização da eleição presidencial de 15.11.89, por meio da confecção de todo o material a ser utilizado, ressaltando-se 160 milhões de comprovantes de votação e 300 milhões de cédulas eleitorais, sendo 150 milhões para o 1º turno e igual número para o 2º turno, se for o caso.

8 - Na área de trânsito, dar prosseguimento aos Projetos RENAVAL e RENACH, para colher resultados antes do término do exercício; implantar o projeto de placa única de identificação

mia da concorrência, bem como realizar estudos de mercado nos seguintes segmentos: produtos de limpeza, defensivos agrícolas, financeiro, sucos e têxtil.

13 - Dar início à informatização do parque gráfico da Imprensa Nacional, através da implantação sistema de foto-composição.

14 - Acelerar o exame e decisão quanto aos pedidos de declaração de utilidade pública federal, que ascendem a cerca de 4.000 processos.

15 - Promover as medidas indispensáveis para integração da EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S.A. - RADIOBRÁS à estrutura administrativa do MJ, em decorrência do Decreto nº 98.052, de 15.08.89.

16 - No setor de modernização administrativa:

- a. introduzir o uso dos recursos da informática no controle de processos, na administração de materiais, na classificação indicativa de diversões pública e na análise e produção de estatísticas e indicadores sociais de interesse dos setores penitenciário e de segurança pública;
- b. integrar os sistemas de informática já em operação no Departamento de Polícia Federal, Arquivo Nacional e Imprensa Nacional; e
- c. iniciar a operação da micro-informática nos diversos órgãos e conselhos do Ministério.

17 - Realizar o II Curso de Aperfeiçoamento em Arquivos Públicos, em nível de pós-graduação, financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.